

Em painel do 25º Congresso Brasileiro do Agronegócio, entidade defendeu maior integração do seguro aos instrumentos de financiamento e destacou baixa cobertura securitária no campo

A expansão do mercado de capitais como fonte de financiamento para o agronegócio brasileiro amplia também a discussão sobre como proteger os recursos destinados à produção diante da exposição a eventos climáticos e da necessidade de reinvestimento a cada safra. O tema esteve no centro da participação da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) no 25º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado nesta segunda-feira, 10 de agosto.

Durante o painel “Investimento e Financiamento em tempos voláteis”, a superintendente de Sustentabilidade da CNseg, Monique Cardoso, chamou atenção para a baixa presença do seguro rural em um momento de diversificação das fontes de crédito do agronegócio. E ressaltou a importância do PL 2951/2024, que aguarda pauta no plenário do Senado, como instrumento de modernização do seguro rural.

O projeto moderniza o marco legal do seguro rural e prevê, entre outros pontos, a inclusão anual dos recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) no orçamento, com caráter obrigatório e vedação ao contingenciamento; a integração do seguro às garantias das operações de crédito rural; benefícios e prioridade para produtores segurados em determinadas operações de crédito, renegociações e prorrogações; e a reformulação do Fundo de Cobertura Suplementar dos Riscos do Seguro Rural, ampliando os mecanismos de transferência de risco.

Segundo Monique, o Brasil chegou a registrar cobertura securitária pouco superior a 16% no campo, índice que posteriormente caiu para cerca de 3%. Mesmo no melhor momento, observou, o percentual ainda era reduzido diante da dimensão econômica do setor. “Chegamos a um nível muito baixo de proteção securitária do produtor rural. Esses 16% foram um pico que tivemos, mas ainda é muito baixo se você pensar que um quarto da economia brasileira está sem nenhuma proteção”, afirmou.

Monique relacionou a necessidade de proteção às características da própria atividade agropecuária. Parte relevante dos recursos utilizados na produção precisa ser novamente mobilizada a cada ciclo, com gastos em insumos, arrendamento e, em determinados casos, máquinas.

Nesse cenário, o seguro pode reduzir o impacto financeiro de eventos capazes de comprometer uma safra e, consequentemente, a capacidade do produtor de iniciar o ciclo seguinte. Os efeitos de uma perda também podem alcançar fornecedores, financiadores e outros integrantes da cadeia.

O debate ocorre em meio ao avanço da participação do mercado de capitais no financiamento do agronegócio. Durante o painel, foram discutidos instrumentos como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e Cédulas de Produto Rural (CPR).

Para Monique, a evolução desses mecanismos abre espaço para uma maior integração entre seguro e crédito.

“O seguro é uma ferramenta muito potente para gestão e mitigação de risco. Se ele fosse mais considerado justamente nas operações de crédito ou estivesse presente numa carteira de recebíveis dentro do CRA, imagina a confiança dessa pessoa física ou desse grande investidor que vai comprar os títulos de crédito”, disse.

A diretora da ANBIMA, Flavia Palacios, destacou que o mercado brasileiro construiu, ao longo das últimas duas décadas, instrumentos específicos para conectar investidores às necessidades de financiamento do agronegócio.

Segundo ela, CRA e Fiagro contam atualmente com estruturas regulatórias e de autorregulação direcionadas ao setor, resultado da adaptação dos instrumentos tradicionais do mercado de capitais às características da atividade agropecuária.

A superintendente de Relacionamento com Clientes da B3, Fabiana Perobelli, apontou o crescimento da base de investidores como um dos sinais dessa evolução. Segundo os números apresentados no congresso, o CRA passou de aproximadamente 300 mil investidores em 2022 para 600 mil em 2026. O Fiagro, lançado em 2022, também alcançou cerca de 600 mil investidores.

As CPRs registradas, de acordo com Fabiana, já superam R\$ 480 bilhões. Para ela, o registro dos instrumentos amplia a disponibilidade de informações sobre o setor e contribui para análises de endividamento e risco. Apesar do avanço das alternativas privadas de financiamento, as participantes destacaram a complementaridade entre o mercado de capitais e as políticas públicas de crédito.

“O mercado de capitais não vai de forma alguma substituir o Plano Safra, mas ele tem que andar ao lado”, afirmou Fabiana.

A discussão do painel colocou o seguro rural dentro desse processo de diversificação das fontes de financiamento. Na avaliação apresentada pela CNseg, a ampliação da cobertura pode contribuir para reduzir riscos nas operações de crédito e dar maior capacidade de recuperação ao produtor diante de perdas na produção.

Fonte: CNseg, em 11.08.2026.